

<https://doi.org/10.20396/rbest.v4i00.17381>

ARTIGO

Raça e gênero na desigualdade social

Waldir Quadros*

Resumo

Nota-se o recente protagonismo de mulheres negras na televisão, em ambientes acadêmicos e em movimentos políticos, artísticos e culturais das periferias. Apesar dos enormes obstáculos, elas avançam. As cotas ampliaram bastante o acesso dos negros e indígenas ao ensino superior, gradativamente propiciando o surgimento de lideranças intelectuais e profissionais em populações historicamente marginalizadas. Este estudo inicialmente foca a ascensão social das mulheres negras nos marcos do vigoroso progresso social que, *grosso modo*, vigorou de 2004 a 2014. Em seguida, analisa os impactos da crise recente, destacando a retração a partir de 2015 e o desastre de 2020. Na sociedade brasileira, onde predomina o individualismo exacerbado, a mobilidade social está associada ao padrão de consumo. Apesar da profunda desigualdade, do descaso social do Estado e das generalizadas carências da maioria da população, a aquisição de bens e serviços indica melhoria nas condições de vida. Se a ampliação do consumo é significativa e persistente, as pessoas pobres podem ser convencidas de que subiram de classe social (ascenderam à classe média), ainda que em grande parte permaneçam nas mesmas condições estruturais. Nos últimos anos, a temática racial e as questões de gênero têm merecido crescente espaço nos meios de comunicação. Entretanto, ficam ocultas as verdadeiras causas da enorme desigualdade social no Brasil.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Desigualdade de gênero; Mobilidade social.

JEL: J15, J16, J71, Z13.

* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7360-9632>

E-mail: waldir.quadros@gmail.com

Agradecimentos:

O autor agradece aos colegas Alexandre Gori Maia, docente do IE/UNICAMP, e Maria Alice Pestana de Aguiar Remy, pesquisadora do CESIT, que processaram os microdados da PNADC (IBGE): sem suas colaborações seria impossível realizar este estudo. Também agradece ao colega do CESIT, Marcelo W. Proni, pela leitura atenta e valiosas sugestões. Por fim, o reconhecimento pelo interesse e ajuda do jornalista e professor da FACAMP Márcio Sampaio de Castro.



Race and gender in social inequality

Abstract

The recent protagonism of black women on television, in academic environments and in political, artistic and cultural movements in the peripheries has been noted. Despite enormous obstacles, they are advancing. Quotas have greatly increased the access of black and indigenous people to higher education, gradually propitiating the emergence of intellectual and professional leaderships in historically marginalized populations. This study initially focuses on the social ascension of black women in the framework of the vigorous social progress that, roughly speaking, took place from 2004 to 2014. It then analyses the impacts of the recent crisis, highlighting the downturn from 2015 and the 2020 disaster. In Brazilian society, where exacerbated individualism predominates, social mobility is associated with consumption patterns. Despite the profound inequality, the State's social neglect and the widespread shortcomings of the majority of the population, the acquisition of goods and services indicates improvement in living conditions. If the expansion of consumption is significant and persistent, poor people can be convinced that they have risen in social class (they have ascended to the middle class), even though they largely remain in the same structural conditions. In recent years, racial and gender issues have received increasing space in the media. However, the true causes of the enormous social inequality in Brazil remain hidden.

Keywords: Structural racism; Gender inequality; Social mobility.

Raza y género en la desigualdad social

Resumen

Se ha constatado el reciente protagonismo de las mujeres negras en la televisión, en los ambientes académicos y en los movimientos políticos, artísticos y culturales de las periferias. A pesar de los enormes obstáculos, están avanzando. Las cuotas han aumentado enormemente el acceso de negros e indígenas a la enseñanza superior, propiciando gradualmente la aparición de liderazgos intelectuales y profesionales en poblaciones históricamente marginadas. Este estudio se centra inicialmente en el ascenso social de las mujeres negras en el marco del vigoroso progreso social que, a grandes rasgos, tuvo lugar entre 2004 y 2014. A continuación, analiza las repercusiones de la reciente crisis, destacando la recesión de 2015 y la catástrofe de 2020. En la sociedad brasileña, donde predomina un individualismo exacerbado, la movilidad social está asociada a los patrones de consumo. A pesar de la profunda desigualdad, el abandono social del Estado y las carencias generalizadas de la mayoría de la población, la adquisición de bienes y servicios indica una mejora de las condiciones de vida. Si la expansión del consumo es significativa y persistente, los pobres pueden convencerse de que han subido de clase social (han ascendido a la clase media), aunque permanezcan en gran medida en las mismas condiciones estructurales. En los últimos años, las cuestiones raciales y de género han recibido cada vez más espacio en los medios de comunicación. Sin embargo, las verdaderas causas de la enorme desigualdad social en Brasil permanecen ocultas.

Palabras clave: Racismo estructural; Desigualdad de género; Movilidad social.

La race et le genre dans l'inégalité sociale

Résumé

Le récent protagonisme des femmes noires à la télévision, dans les milieux universitaires et dans les mouvements politiques, artistiques et culturels des périphéries a été noté. Malgré d'énormes obstacles, ils avancent. Les quotas ont considérablement augmenté l'accès des Noirs et des autochtones à l'enseignement supérieur, favorisant progressivement l'émergence de leaderships intellectuels et professionnels au sein de populations historiquement marginalisées. Cette étude se concentre dans un premier temps sur l'ascension sociale des femmes noires dans le cadre du vigoureux progrès social qui, grosso modo, s'est déroulé de 2004 à 2014. Il analyse ensuite les impacts de la crise récente, en mettant en évidence le ralentissement de 2015 et la catastrophe de 2020. Dans la société brésilienne, où prédomine un individualisme exacerbé, la mobilité sociale est associée aux modes de consommation. Malgré les profondes inégalités, la négligence sociale de l'État et les carences généralisées de la majorité de la population, l'acquisition de biens et de services indique une amélioration des conditions de vie. Si l'expansion de la consommation est importante et persistante, les personnes pauvres peuvent être convaincues qu'elles se sont élevées dans la classe sociale (elles ont accédé à la classe moyenne), même si elles restent largement dans les mêmes conditions structurelles. Ces dernières années, les questions de race et de genre ont reçu une place croissante dans les médias. Cependant, les véritables causes de l'énorme inégalité sociale au Brésil restent cachées.

Mots-clés: Racisme structurel; Inégalité des sexes; Mobilité sociale.

Introdução

A sociedade brasileira é notadamente conhecida pelos elevados índices de desigualdade de gênero e raça (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2016). Entre tantas mazelas, sobressaem os vergonhosos e inaceitáveis índices de mortalidade juvenil entre jovens negros e pobres. Nestas mortes predominam as causas externas, ou seja, não provocadas por doenças e que, portanto, poderiam ser evitadas. Destacam-se os homicídios, suicídios e os acidentes no trânsito, envolvendo carros e motos. Além daqueles praticados por criminosos, em boa medida os homicídios resultam da violência policial.

O pano de fundo é a enorme desigualdade social, a discriminação racial e a fatídica “guerra às drogas”, junto com a falência do Estado. Entretanto, a adoção das cotas nas políticas públicas junto com o inconformismo e reação a estas deformações, com destaque para o “feminismo negro”,¹ e os movimentos políticos, artísticos e culturais das periferias, têm logrado alguns avanços importantes, principalmente no que diz respeito à afirmação social e conquista de oportunidades.

As cotas ampliaram enormemente o acesso dos negros e indígenas ao ensino superior, principalmente nas Universidades Federais, gradativamente propiciando o surgimento de lideranças intelectuais e profissionais nestas populações historicamente marginalizadas. Aqui, o destaque fica para o crescente contingente de mulheres negras intelectuais, artistas e militantes, com várias delas presentes no *podcast* “Mano a Mano”, apresentado pelo cantor e militante Mano Brown na plataforma de *streaming* “Spotify”.

Por esta razão, e tendo presente os enormes obstáculos, vamos focar este estudo na recente ascensão social das mulheres negras (pretas e pardas) nos marcos do vigoroso progresso social que, grosso modo, vigorou de 2004 a 2014 e que será abordado a seguir. No final, analisaremos os impactos da crise recente, apresentando a retração a partir de 2015 e o desastre de 2020.

Cabe mencionar que faltam dados e estudos atualizados sobre a evolução da estrutura social das pessoas segundo gênero e raça. Este artigo procura contribuir para esta importante discussão.

As análises apresentadas a seguir se baseiam em dados produzidos pelo IBGE: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos 2004 e 2014; e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para o período entre 2012 e 2020.

¹ Um importante balanço histórico do feminismo encontra-se em dois livros de Heloisa Buarque de Hollanda (2018; 2022).

1. A mobilidade social de 2004 a 2014

Os dados da Tabela 1 indicam claramente a enorme redução da miséria e da pobreza (massa trabalhadora), com a forte ampliação da chamada “baixa classe média”, que na realidade pode ser melhor caracterizada como “pobres intermediários”. Nas duas camadas típicas da classe média brasileira (alta e média) o dinamismo no período foi bem menor, ainda que existente. Ou seja, eles não perderam. Já entre os ricos (que não estão identificados na tabela), todos os estudos e análises indicam que ampliaram enormemente sua riqueza no referido período.

Tabela 1. Estratificação social da população. Brasil: 2004 e 2014.

Estratos sociais	2004		2014	
	N (mil)	%	N (mil)	%
Alta Classe Média	11.311	6,2	17.849	8,8
Média Classe Média	18.269	10,0	29.029	14,3
Baixa Classe Média	52.380	28,6	90.414	44,5
Massa Trabalhadora	55.361	30,2	45.436	22,4
Miseráveis	41.992	22,9	12.870	6,3
Ignorado	4.126	2,3	7.592	3,7
Total	183.439	100,0	203.191	100,0

Fonte: IBGE. PNAD. Elaboração própria.

Antes de mais nada, alguns rápidos esclarecimentos iniciais sobre a metodologia adotada nessa estratificação.

Ela se baseia na renda declarada nos inquéritos domiciliares. Ou seja, nos domicílios sorteados pelo IBGE, um membro adulto da família responde ao questionário. O aspecto da declaração é bastante relevante nas variáveis de cor/raça, mas é fundamental em relação à renda. É amplamente constatado pelos recenseadores a sub declaração nas camadas superiores. Assim, os ricos não estão representados na tabela devido às restrições de pesquisas amostrais domiciliares em que as informações são autodeclaradas.

Entretanto, se a renda declarada não traduz corretamente a gravidade da concentração da renda, ela serve para a estratificação social. Isso porque, independente da sub declaração é possível classificar os declarantes.

Nossa metodologia adota a ideia da rede de pesca, em que as malhas servem para selecionar o tamanho dos peixes desejados. Para os maiores, malhas mais largas, para os menores, mais estreitas.

Aqui, o tamanho das malhas compõe as “faixas de corte” e são dimensionadas a partir de “ocupações típicas”. Em outras palavras, as faixas de corte das camadas superiores foram fixadas de forma a capturar as ocupações que – sabemos teoricamente (Wright Mills, 1969) – pertencem a elas no Brasil, independente de seus rendimentos. Por exemplo, na alta classe média os pequenos e médios empresários, diretores e profissionais de nível superior. Na média classe média, os gerentes, supervisores e técnicos especializados. Na baixa classe média, as professoras do nível fundamental, auxiliares de enfermagem e auxiliares de escritórios.

A camada dos miseráveis foi classificada como aquela que declarava rendimentos que chegavam até o salário mínimo no momento em que as faixas de corte foram fixadas (jan./2004). E depois, ela e todas as demais faixas de corte são atualizadas com base na inflação medida pelo INPC.

Finalizando, a camada da “massa trabalhadora” pobre é aquela que fica entre os miseráveis e a baixa classe média.

Merece registro que nossa metodologia considera, além dos indivíduos, também a agregação das famílias domiciliares, ou seja, que habitam o mesmo domicílio. A classificação das famílias é realizada com base na posição social do seu membro melhor remunerado.

É importante chamar atenção para o fato de que aqui não entra o crédito e nem o consumo, apenas a renda declarada nos inquéritos domiciliares oficiais. Em várias outras metodologias adotadas por institutos de pesquisa mercadológica ou de opinião, aplicadas em entrevistas a amostras aleatórias da população, o padrão de consumo de um indivíduo ou família é o que determina sua estratificação social.

2. A força do consumo na mentalidade das pessoas

É impossível desconsiderar a força do consumo na mentalidade das pessoas em uma sociedade como a nossa, em que predomina o individualismo exacerbado. Ou seja, a classificação social baseada no consumo é plenamente aderente às aspirações das pessoas no que diz respeito à ascensão social e na forma como avaliam sua posição na estrutura social.

Esta compreensão, entretanto, não decorre apenas da dimensão ideológica. Frente à profunda desigualdade, o criminoso descaso social do Estado e generalizadas carências da imensa maioria da população, a aquisição de produtos e serviços indica melhorias nas condições de vida.

Se esse processo é significativo e continuado as pessoas pobres, ou mesmo suas famílias, podem ser convencidas de que subiram de classe social, ascendendo à classe média,

ainda que em grande parte permaneçam nas mesmas condições estruturais. É óbvio que o mercado explora tal compreensão, buscando seduzir os consumidores.

Foi o que se observou largamente no ciclo de consumo e progresso social de 2004 a 2014. Nesta época ficaram famosas as análises sobre o surgimento entre nós de uma "sociedade de classe média" (Neri, 2008), ou, mais apropriadamente, do forte crescimento e predomínio da "classe C".

Este período é marcado por forte geração de empregos de baixa qualificação, crescimento expressivo do salário mínimo acima da inflação, queda no desemprego e a consequente elevação da renda média, aumento do emprego com carteira de trabalho, expansão do crédito ao consumidor, ainda que com taxas de juros extorsivas.

Por outro lado, diante das precárias condições dos transportes coletivos, quem teve condições buscou uma saída individual e adquiriu carros ou motos, novos ou usados, aumentando rapidamente a frota e abarrotando as vias públicas.

Da mesma forma, a degradação da escola pública levou uma parcela considerável de famílias a buscar escolas particulares baratas.² Mais do que um ilusório ensino de melhor qualidade, procuravam um ambiente com segurança e respeito para seus filhos.

Fenômeno parecido ocorre com a saúde pública abandonada pelo poder público. Quem não possuía planos de saúde corporativos, busca planos mais baratos, que crescem rapidamente, mas em geral não oferecem os serviços prometidos.

No âmbito habitacional, observa-se forte movimento de autoconstrução, reformas, expansão e mesmo aquisição de imóveis mais acessíveis. Os programas governamentais, ainda que relativamente expressivos, são claramente insuficientes diante do enorme déficit, além de mal formatados em termos urbanísticos. Subordinados à lógica do mercado, em parceria com os interesses imobiliários, reforçam a concentração das camadas populares nas periferias sem infraestrutura e sujeitas a longos, demorados e desconfortáveis percursos nos transportes.

Todos estes itens, automóvel, escola particular, plano de saúde e casa própria, são tidos como símbolos de diferenciação social e associados à expansão da classe média. Como são predominantemente adquiridos no mercado, em um período de forte ciclo de consumo, aliviam as pressões para o estado sanar as enormes carências sociais.

O que é reforçado pela relativa falta de vontade dos movimentos sociais em confrontar um governo identificado com as camadas populares e que acolheu inúmeros dirigentes e quadros partidários em cargos públicos. Uma notável exceção é o MST –

² O gasto das famílias com educação está analisado em detalhes em Remy (2014).

Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra –, cujo apoio decidido não impediu o esforço de encaminhar vigorosamente suas reivindicações.

3. Geração de oportunidades e mulheres negras

A mobilidade social das mulheres negras (pretas e pardas)³ ocorre nos marcos da intensa mobilidade do conjunto da sociedade brasileira já apontada. Ainda que continuem em situação extremamente desfavorável, as mulheres negras avançaram mais na estrutura social do que o conjunto da população.

De fato, confrontando os dados das Tabelas 1 e 2, verifica-se que, enquanto na população total a alta classe média avança de 6,2% em 2004 para 8,8% em 2014, entre as mulheres negras passa de 2,3% para 4,2%. Na média classe média a evolução é de 10,0% para 14,3% na população total e de 5,5% para 10,1% entre as mulheres negras. Na baixa classe média de 28,6% para 44,5% na população total e de 23% para 44,5% entre as mulheres negras. A redução dos miseráveis é muito forte seja na população de 22,9% em 2004 para 6,3% em 2014, como entre as mulheres negras de 32,6% para 9,1%.

Tabela 2. Estratificação social das mulheres negras. Brasil: 2004 e 2014.

Estratos sociais	2004		2014	
	N (mil)	%	N (mil)	%
Alta Classe Média	1.004	2,3	2.328	4,2
Média Classe Média	2.439	5,5	5.574	10,1
Baixa Classe Média	10.202	23,0	24.463	44,5
Massa Trabalhadora	15.356	34,7	15.891	28,9
Miseráveis	14.450	32,6	5.022	9,1
Ignorado	833	1,9	1.693	3,1
Total	44.285	100,0	54.970	100,0

Fonte: IBGE. PNAD. Elaboração própria.

Tal evolução ganha ainda mais significado quando atentamos para o fato de que, na hierarquia social brasileira, as mulheres negras estão na última posição. Esse ponto será retomado com mais elementos no final do artigo, quando analisarmos as participações na renda total declarada.

³ A soma das pessoas que declaram ter a cor da pele “preta” ou “parda” forma o conjunto da população “negra”. É algo que pode sofrer reparos ao expressar uma identidade racial nem sempre aceita por todos, principalmente entre os “pardos claros”.

3.1. Uma maioria populacional negra

A Tabela 3 apresenta a distribuição da população brasileira classificada por raça/cor em três momentos: 2004, 2014 e 2020. Chama atenção de imediato o aumento da proporção dos negros, que passam de 48% em 2004 para 54% em 2014, assumindo posição majoritária. Em 2020 os negros já alcançam 56% da população.

Tabela 3. Composição da população por raça/cor. Brasil: 2004, 2014 e 2020.

Raça / Cor	2004	2014	2020
	%	%	%
Branca	51,2	45,5	42,8
Amarela	0,4	0,5	0,6
Parda	42,3	45,1	47,5
Preta	5,9	8,6	8,8
Indígena	0,2	0,4	0,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD; PNAD Contínua. Elaboração própria.

Como nos inquéritos domiciliares a classificação é declaratória, esta evolução não decorre unicamente da dimensão demográfica, sem dúvida estando também fortemente presentes fatores como o avanço da “consciência negra” e a adoção das cotas nas políticas públicas, estimulando as pessoas a assumir sua raça/cor.

8

4. Avanços na escolaridade das mulheres negras

Nesse quadro de progresso social chama a atenção o incremento da escolaridade entre as mulheres negras, tal como se observa na Tabela 4.

Nesse período, e dando continuidade às melhoras que já vinham ocorrendo, temos os seguintes avanços: cai a proporção daquelas que nunca frequentaram a escola (de 15% para 10%); o mesmo ocorre no primeiro grau completo ou incompleto (de 61% para 50%), indicando que elas ingressam em níveis mais avançados. É assim que no segundo grau completo ou incompleto a proporção passa de 20% para 29%. Ainda que permaneça muito baixa, merece destaque a maior presença no terceiro grau completo ou incompleto, que passa de 4% para 10%.

É importante atentar para o fato de que, como se trata do conjunto das mulheres negras, ou seja, da sua população, as crianças também estão incluídas. Por isso, a elevada

proporção do grupo que “nunca frequentou escola”. Porém, como a pré-escola é contemplada, a redução apontada é bastante significativa. Em certa medida, o mesmo pode ser dito em relação ao grupo “1º grau completo ou incompleto”, em função da inclusão das crianças da faixa etária correspondente.

Tabela 4. Escolaridade das mulheres negras. Brasil: 2004 e 2014.

Escolaridade	2004		2014	
	N (mil)	%	N (mil)	%
Nunca frequentou escola	6.515	14,7	5.299	9,6
1º grau completo ou incompleto	26.946	60,8	27.252	49,6
2º grau completo ou incompleto	8.993	20,3	16.052	29,2
3º grau completo ou incompleto	1.831	4,1	5.547	10,1
Ignorado			821	1,5
Total	44.285	100,0	54.970	100,0

Fonte: IBGE. PNAD. Elaboração própria.

Se isolarmos a faixa etária de 30 a 34 anos, como se apresenta na Tabela 5, o avanço é ainda mais positivo.

Tabela 5. Escolaridade das mulheres negras de 30 a 34 anos. Brasil: 2004 e 2014.

Escolaridade	2004		2014	
	N (mil)	%	N (mil)	%
Nunca frequentou escola	142	4,2	66	1,4
1º grau completo ou incompleto	1.965	58,0	1.568	34,1
2º grau completo ou incompleto	1.020	30,1	2.094	45,6
3º grau completo ou incompleto	259	7,7	863	18,8
Ignorado			4	0,1
Total	44.285	100,0	54.970	100,0

Fonte: IBGE. PNAD. Elaboração própria.

De fato, ao fim do período de progresso social percebe-se uma expressiva redução daquelas que se encontram no “1º grau completo ou incompleto”, que passa de 58% em 2004 para 34% em 2014, indicando que avançam para níveis mais elevados de escolaridade. Como resultado desse movimento, o nível “2º grau completo ou incompleto” cresce de 30% para 46% e o “3º grau completo ou incompleto” vai de 8% para expressivos 19%.

Com certeza, as cotas raciais influíram muito positivamente nesse cenário, ampliando o acesso das populações marginalizadas ao ensino superior. Sem dúvida, as dificuldades para a permanência na universidade ainda são muito sérias e foram significativamente agravadas no atual Governo Federal. Isso, ao lado dos recorrentes relatos e depoimentos de discriminação por parte de alunos e professores brancos.

Por outro lado, nas carreiras de maior prestígio e remuneração como medicina, direito e engenharia, a barreira racial é muito difícil de ser ultrapassada pelas políticas afirmativas. O acesso é muito mais aberto em carreiras com menor “prestígio de mercado”, como ocorre com Letras, História, Serviço Social e Educação (Lima & Prates, 2015).

4.1. A situação em 2020

Como é sabido, a profunda crise sanitária e a paralisia econômica que a acompanha, junto com a má gestão pelo Governo Federal, atingiram com muito mais intensidade as pessoas e famílias negras das periferias pobres.

Contudo, em 2020, mesmo no momento mais agudo dessa crise, a escolaridade das mulheres negras continua se elevando, em relação ao período anterior. Como se observa nas Tabelas 4 e 6,⁴ a proporção com pelo menos um ano de estudo no nível “superior” ou com “superior completo” passa de 10% em 2014 para 13% em 2020.

10

Tabela 6. Escolaridade das mulheres negras. Brasil: 2020.

Escolaridade	População total		30 a 34 anos	
	N (mil)	%	N (mil)	%
Sem instrução	4.415	7,4	35	0,7
Fundamental incompleto ou equivalente	19.724	32,9	689	13,9
Fundamental completo ou equivalente	4.274	7,1	377	7,6
Médio incompleto ou equivalente	4.194	7,0	386	7,8
Médio completo ou equivalente	15.523	25,9	2.239	45,2
Superior incompleto ou equivalente	2.546	4,2	338	6,8
Superior completo	5.544	9,2	888	17,9
Ignorado	3.798	6,3		
Total	60.018	100,0	4.952	100,0

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria.

Quanto à escolaridade das mulheres negras na faixa etária de 30 a 34 anos, observa-se que a proporção daquelas que possuem o “3º grau completo ou incompleto” avança de 19% em 2014 para 25% em 2020 (Tabelas 5 e 6).

⁴ O IBGE alterou a classificação da escolaridade, desagregando os níveis da metodologia anterior.

5. A desigualdade de raça e gênero na renda em 2019

Embora os dados de 2020 já estejam disponíveis, o retrato em 2019 é mais indicado para esta abordagem, pois ainda não sofreu o impacto de 2020, que será abordado em seguida. Os dados da Tabela 7 apontam que, em 2019, os negros representam 56,3% da população. Entretanto, verifica-se que a participação dos negros na renda total declarada é de apenas 40,1%, por força da discriminação racial brasileira.

Tabela 7. Composição da população e participação na renda total por raça/cor. Brasil: 2019.

Raça / Cor	População	Renda
	%	%
Branca	42,7	58,1
Amarela	0,7	1,4
Parda	46,8	32,5
Preta	9,5	7,6
Indígena	0,4	0,3
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria.

A Tabela 8 apresenta um rápido retrato da desigualdade racial entre os homens. Os homens brancos representam 20,2% da população, mas detêm 36% da renda total declarada. Entre os pretos estas participações são, respectivamente de 4,7% e 4,8% e entre os pardos de 22,9% e 21%.

Refletindo estas desproporções, a renda mensal *per capita* dos homens brancos é de R\$ 1.879 contra R\$ 1.072 dos homens pretos e R\$ 963 dos pardos. A superioridade dos pretos entre os negros com certeza reflete a dimensão estatística de recortar um segmento bem mais reduzido do que os pardos. Pois os estudos revelam que o preconceito avança com os tons mais escuros da pele.

Algo semelhante em termos estatísticos deve estar presente na liderança em termos de renda *per capita* dos amarelos, um grupo bem mais restrito e homogêneo e com outra trajetória histórica. Basta apontar que, embora as condições de vida dos primeiros imigrantes tenham sido muito difíceis, eles não sofreram escravidão no Brasil.⁵

⁵ Um belo retrato encontra-se no filme "Gaijin: Os caminhos da liberdade", de Tizuka Yamasaki (1980).

Tabela 8. Desigualdade de renda entre os homens por raça/cor. Brasil: 2019.

Raça / Cor	População masculina %	Participação na renda total %	Renda per capita R\$
Branca	20,2	36,0	1.879
Amarela	0,3	0,8	2.857
Parda	22,9	21,0	963
Preta	4,7	4,8	1.072
Indígena	0,2	0,2	1.156
Total	48,2	62,8	1.369

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria.

Nota: Porcentagens calculadas em relação à população total (homens e mulheres).

Tabela 9. Desigualdade de renda entre as mulheres por raça/cor. Brasil: 2019.

Raça / Cor	População feminina %	Participação na renda total %	Renda per capita R\$
Branca	22,5	22,1	1.033
Amarela	0,4	0,6	1.690
Parda	23,9	11,6	509
Preta	4,8	2,8	617
Indígena	0,2	0,1	637
Total	51,8	37,2	756

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria.

Nota: Porcentagens calculadas em relação à população total (homens e mulheres).

Os dados da Tabela 9 deixam evidente a desigualdade racial entre as mulheres. As mulheres brancas representam 22,5% da população total e auferem 22,1% da renda total declarada. Já entre as pretas estas participações são de 4,8% e 2,8%, respectivamente, e entre as pardas de 23,9% e 11,6%.

No que diz respeito à renda mensal *per capita*, entre as brancas ela é de R\$ 1.033, entre as pretas, R\$ 617, e entre as pardas, R\$ 509.

Combinando os dados das Tabelas 8 e 9 fica clara a existência de uma hierarquia social em que os homens brancos ocupam a primeira posição, seguidos pelas mulheres brancas, homens negros e, na última posição, as mulheres negras.

É importante ter presente que esta discriminação se insere na dinâmica do mercado de trabalho, com as melhores posições sendo ocupadas pelos brancos e brancas num processo denominado de "branqueamento" pela professora e pesquisadora Cida Bento (2022).

Além de ser mais difícil aos negros ingressar nas carreiras de maior prestígio, negros com o mesmo diploma e nas mesmas ocupações dos brancos são pior remunerados.

Já no processo de seleção para uma vaga, as entrevistas, com critérios marcadamente subjetivos, são desfavoráveis aos negros ao darem margem à discriminação racial predominante. Basta verificar o maior acesso no serviço público, onde o recrutamento é predominantemente via concursos (Lima & Prates, 2015).

Combinando a discriminação por raça e gênero, a situação sistematicamente mais desfavorável das mulheres negras se torna ainda mais grave ao se considerar que grande parte delas são as únicas responsáveis pela manutenção de seus filhos.

6. A crise social pré-pandemia (2015-2019)

Vamos agora examinar rapidamente os impactos da profunda crise que vivemos atualmente e que tem seu início em 2015, com a desastrosa inflexão na política econômica imposta pela dupla Dilma Roussef e Joaquim Levy, e a forte recessão econômica dela decorrente.

Uma das manifestações mais agudas desta crise, é o profundo empobrecimento da população brasileira. Na raiz desse comportamento estão a explosão do desemprego, a retração na geração de empregos e a expansão do trabalho autônomo precário. Acompanhados do aumento da inadimplência de famílias que se endividaram bastante no forte ciclo de consumo que se encerrou. Por sua vez, essa interrupção nas melhorias do nível de vida que vigorou entre 2004 e, grosso modo, até 2014, levou a uma atualização na forma de avaliar a dinâmica da estrutura social. Agora, trata-se de estudar a mobilidade social descendente e a piora nas condições de vida da ampla maioria da população.

Olhando para 2019, os dados da Tabela 10 evidenciam, numa visão panorâmica, que, mesmo com a economia nacional se encontrando bastante paralisada, mais uma vez a Alta Classe Média consegue manter seu espaço social sem bruscas alterações, e a Média Classe Média até mesmo avança. Como era de se esperar, as mais impactadas são as camadas populares, que se beneficiaram da fase anterior de progresso social.

Para completar esta seção, a Tabela 11 apresenta a evolução da renda média das famílias. Como se observa, em 2015 houve uma queda expressiva (em termos reais); e em 2017, quando a taxa de desemprego atingiu seu patamar mais elevado, o nível médio de renda familiar caiu ainda mais. Posteriormente, a recuperação econômica foi muito tímida, de modo que em 2019 o nível de renda familiar ainda estava abaixo do registrado para 2014.

Tabela 10. Estratificação social da população (em %). Brasil: 2012-2019.

Ano	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
2012	9,9	16,2	42,1	24,7	7,1	100,0
2013	9,5	14,6	44,0	25,0	6,9	100,0
2014	10,4	15,3	45,2	23,0	6,1	100,0
2015	9,9	16,1	44,0	23,4	6,7	100,0
2016	9,3	15,7	40,9	25,8	8,3	100,0
2017	9,2	16,6	40,9	24,4	8,9	100,0
2018	10,0	16,9	40,1	24,0	9,0	100,0
2019	10,4	17,4	40,1	23,2	8,9	100,0

Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual. Elaboração própria.

**Tabela 11. Evolução da renda familiar média.
Brasil: 2014-2019.**

Ano	Renda R\$	Índice (2014 = 1,000)
2014	4.647,00	1,000
2015	4.447,00	0,957
2016	4.450,00	0,958
2017	4.398,00	0,946
2018	4.538,00	0,977
2019	4.562,00	0,982

Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual. Elaboração própria.

Obs: Valores corrigidos para preços de outubro de 2019. Deflator: INPC.

14

7. O impacto da crise de 2020

Apresentamos a seguir uma rápida descrição da forte mobilidade descendente que ocorre no primeiro ano da pandemia, agravada pela resistência do Governo Federal em adotar medidas sérias de enfrentamento. Na Tabela 12, observa-se nitidamente a forte retração em 2020, particularmente nas duas camadas superiores da Classe Média. Basta dizer que na Alta Classe Média, a participação de 8,5% em 2020 é a mais baixa desde 2012, quando se inicia a série da PNAD Contínua Anual.

Na Média Classe Média a porcentagem em 2020 é apenas ligeiramente superior à de 2013 (Tabela 10), quando iniciou a crise que provocou sério movimento descendente na estrutura social. O aumento na participação da Baixa Classe Média (pobres intermediários) e da Massa Trabalhadora (pobres) em 2020 reflete justamente a queda ocorrida nas camadas

superiores, com uma parcela caindo para posições inferiores, o que claramente configura um expressivo processo de rebaixamento social.

Tabela 12. Estratificação social da população (em %). Brasil: 2019-2020.

Ano	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
2019	10,4	17,4	40,1	23,2	8,9	100,0
2020	8,5	15,0	43,6	24,8	8,1	100,0
Variação %	-17,9	-13,7	+8,8	+6,8	-9,4	

Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual. Elaboração própria.

8.1. O impacto da crise de 2020 entre as mulheres negras

Por fim, como se observa na Tabela 13, a retração nas duas camadas superiores entre as mulheres negras é relativamente maior do que ocorre com o conjunto da população, traduzindo um processo de rebaixamento mais intenso.

Por outro lado, durante a pandemia ficou evidente que as famílias mais vulneráveis foram as mais afetadas, entre as quais predominam os negros.

Tabela 13. Estratificação social das mulheres negras (em %). Brasil: 2019-2020.

Ano	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
2019	5,3	12,8	40,7	29,2	12,1	100,0
2020	4,2	10,7	44,1	30,8	10,2	100,0
Variação %	-21,1	-16,2	+8,5	+5,5	-15,4	

Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual. Elaboração própria.

A título de conclusão

Nos últimos anos a temática racial tem merecido crescente espaço nos meios de comunicação brasileiros, com presença constante de pessoas negras entre apresentadores, articulistas e entrevistados. Avançando também a participação de lideranças indígenas. O que é extremamente positivo e necessário!

Entretanto, chama a atenção que muitos dos que reprovam as desigualdades raciais, são igualmente os que defendem um "neoliberalismo com face social", sob hegemonia

do capital financeiro,⁶ cuja participação no controle dos órgãos de comunicação é notória e visível nos editoriais e matérias econômicas, entre outras. Ou seja, lamentam o agravamento das desigualdades, mas ocultam suas verdadeiras causas que, em nosso entendimento, residem justamente na referida hegemonia do rentismo e interesses financeiros.

Desigualdade de raça e gênero, tudo bem. Porém, sem defender a necessária expansão do gasto público nas áreas sociais para sanar as notórias e criminosas carências. Que se agravaram enormemente com o famigerado “teto de gastos”.

Da mesma forma, não se aceita a decisiva ação estatal no encaminhamento da inadiável reindustrialização, com a retomada do crédito público de longo prazo e fortes investimentos em ciência, tecnologia e infraestrutura.

Espero ter deixado claro ao longo do texto, que não se trata de minimizar a relevância da pauta racial e de gênero. O que estamos questionando aqui é sua apropriação pelo neoliberalismo, entendendo que seu encaminhamento efetivo só é possível no âmbito de um projeto de reconstrução nacional que enfrente as bases da desigualdade em nosso país. Que proteja nossas florestas, explorando-as de forma sustentável e assegurando as condições de vida dos povos originários. Que avance firmemente rumo à “economia verde”.

Referências

Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.

Fraser, N. (2019). Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escolha de Hobson. In H. Geiselberger (Org.), *A grande regressão: Um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los* (pp. 77-89). Estação Liberdade.

Hollanda, H. B. de (2018). *Explosão feminista*. Companhia das Letras.

Hollanda, H. B. de (2022). *Feminista, eu?* Companhia das Letras.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2016). *Retrato das desigualdades de gênero e raça (1995-2015)*. <https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>

Lima, M., & Prates, I. (2015). Desigualdades no Brasil. Um desafio persistente. In M. Arretche (Org.), *Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos* (pp. 163-192). Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

Neri, M. C. (Coord.) (2008). *A nova classe média*. Centro de Políticas Sociais (CPS), Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), Fundação Getúlio Vargas (FGV).

⁶ Uma abordagem inspiradora desta temática na realidade americana encontra-se no texto seminal de Nancy Fraser (2019).

Remy, M. A. P. de A. (2014). *Estruturas familiares e padrão de gastos em educação no Brasil: primeira década dos anos 2000*. (Tese, Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/931393>

Wright Mills, C. (1969). *A nova classe média (white collar)*. Zahar Editores.

Yamasaki, T. (Direção) (1980). *Gaijin: Os caminhos da liberdade*. [Filme]. Labo Cine.

Recebido em 10 de setembro de 2022.

Revisado em 28 de novembro de 2022.

Aprovado em 15 de novembro de 2022.